

## Apresentação

### Religião e gênero na política, políticas públicas e gênero

*Naira Carla Di Giuseppe Pinheiro dos Santos\**

Nas sociedades ocidentais modernas, o processo de secularização implicou, sem dúvida, um determinado confinamento da religião ao espaço privado e a afirmação de valores provenientes de outras fontes de referência que não apenas as religiosas. Contudo, nem uma coisa nem outra acontecem de forma estanque. O poder religioso, ainda que fragmentado e relativizado, continua circulando ou escorregando continuamente da esfera pública para a privada e vice-versa; as religiões, ainda que com menor força, uma vez que dividem sua influência com múltiplas fontes de significado, continuam conformando e também sendo conformadas por valores e interesses que excedem o campo propriamente religioso. Ou seja, as relações entre religião e sociedade não entraram em um estado de suspensão. Sob formas tradicionais ou com nova aparência, reafirmando dominações ou constituindo lugares de resistência, elas continuam se estabelecendo e, em alguns casos, com intensidade bem maior do que o processo de secularização permitiria supor.

De fato, o cenário contemporâneo, plural e no qual identidades procuram se afirmar, por vezes buscando apoio ou legitimação no discurso religioso, parece favorecer a imbricação entre crenças e valores religiosos e do mundo político, econômico e social, com repercussões sobre as relações de gênero. Nesse sentido, a desconstrução das formas e conteúdos religiosos de que se travestem interesses políticos — com implicações sobre as relações sociais de sexo —, bem como das formas pelas quais as religiões instrumentalizam a política e as políticas públicas em prol de seus interesses particulares — com impacto sobre políticas públicas no âmbito das relações de gênero —, ganha relevância e deve se constituir em componente imprescindível às análises de gênero.

Neste número de *Mandrágora*, nossas/os articulistas tiveram por objetivo contribuir para a elucidação dessas injunções e inflexões mútuas entre gênero, religião e política e/ou políticas públicas, por meio dos artigos aqui apresentados. Sandra Duarte de Souza, em seu artigo “Violência de gênero e religião: alguns questionamentos que podem orientar a discussão sobre a elaboração de políticas públicas”, aponta para a violência física e simbólica à qual são submetidas as mulheres no mundo, e particularmente no Brasil, cuja amplitude escapa às estatísticas, ainda assim preocupantes, para dizer o mínimo. Na base de tal violência, os preconceitos de gênero. Construindo seu

---

\* Mestra e doutoranda em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo, membro do Grupo de Estudos de Gênero e Religião Mandrágora/NETMAL.

sentido em e a partir de múltiplas instituições sociais, religiosas inclusive, sacralizadas pela religião, as representações tradicionais de gênero — como, por exemplo, as que vinculam as mulheres à reprodução, mas as excluem da prática sexual autônoma — limitam as políticas públicas, as quais, por sua vez, se encarregam elas próprias de reproduzir tais representações. Tais limitações transparecem, por exemplo, na cassação pelo Supremo Tribunal Federal da liminar que autorizava a interrupção da gestação em caso de anencefalia, analisadas por Debora Diniz e Ana Cristina Gonzalez Velez, em seu artigo “Aborto e razão pública: o desafio da anencefalia no Brasil”. Segundo as autoras, tal decisão decorre de injunções da moral religiosa cristã sobre o Poder Judiciário, quando este, ao contrário, deveria ser o principal guardião da razão pública, particularmente no contexto brasileiro em que se verifica “intensa sacralização da ordem pública” e a laicidade do Estado não é compreendida como um bem comum.

Ainda no campo dos direitos reprodutivos, Mary Hunt, em “The human right to reproductive justice: a feminist theo-ethical perspective”, trata da relevância de incorporar a perspectiva “teo-ética” de mulheres religiosas, usualmente desconhecidas dos/as defensores/as de direitos humanos, como elemento auxiliar à promoção de justiça na área reprodutiva. Exemplo dessa contribuição que mulheres religiosas podem trazer ao debate acerca dos direitos reprodutivos está no livro *Em defesa da vida: aborto e direitos humanos*, editado por “Católicas pelo Direito de Decidir” e resenhado aqui por Lívia Barbosa. Luíza Tomita, em “Da exclusão a objeto de prazer: o corpo das mulheres oferece notas para uma reflexão teológica feminista”, também reivindica a produção teológica feminista como instrumento de libertação das armadilhas que o sistema econômico lança para aprisionar os corpos das mulheres, reduzindo-os a objeto de prazer masculino e tornando-os anoréxicos, portanto, frágeis e dóceis.

Os meandros da construção social dos sexos, para a qual as religiões contribuem de maneira particular, e sua produção e reprodução no processo educacional e no ambiente escolar constituem o tema do artigo de Jane Soares de Almeida, “Mulheres, educação e religião: uma visão histórica”. Se, como vemos no artigo de Almeida, o espírito de sacrifício implícito na associação da mulher ao cuidado e à maternidade legitima os baixos salários de mulheres educadoras, Janine Mossuz-Lavau nos mostra como essa mesma representação da mulher como mãe é mobilizada pelos próprios membros do Partido Socialista francês como argumento contra a candidatura à presidência de Ségolène Royal que, por sua vez, se rende a esse papel, ao mesmo tempo em que procura instrumentalizá-lo em seu favor durante a campanha presidencial. Nesse artigo, intitulado “Genre et politique en France: l'élection présidentielle en question”, Janine Mossuz-Lavau analisa o significado da candidatura de Ségolène Royal do ponto de vista de gênero na história da elegibilidade na França e na história do voto, elegibilidade que diz respeito também à margem de manobra que os (homens dos) partidos possuem a partir do caráter restritivo ou não que a lei de paridade assume, conforme o pleito seja proporcional ou não.

Em “A diversidade ritual entre as mulheres *krabô*: rumo ao ecofeminismo e ao desenvolvimento sustentável”, Valéria Medeiros Andrade aborda, a partir de um ponto de vista ecofeminista, o papel e lugar das mulheres indígenas *krabô* no rito e na vida política comunitária, assim como dos próprios ritos, para a sustentabilidade cultural e da biodiversidade, contrapondo-os às políticas indigenistas. Diante da lógica androcêntrica e

de mercado da sociedade envolvente, a autora entende como desafio inovador e necessário às políticas públicas indigenistas o conferir visibilidade às mulheres indígenas, de modo a evitar o aniquilamento da diferença, ou seja, que mais uma fronteira cultural e feminina sucumba à hierarquia, o que também seria desastroso do ponto de vista ambiental. Em “Por um outro desenvolvimento: gênero e participação em Empreendimentos da Economia Solidária (EES)”, Dagmar Silva Pinto de Castro e Anderson Rafael Nascimento trazem-nos uma perspectiva instigante e desafiadora na análise que desenvolvem acerca dos Empreendimentos da Economia Solidária no ABC paulista, projeto criado por iniciativa de uma entidade religiosa e contando com o apoio de comunidades na Itália. Diante dos efeitos perversos da política econômica neoliberal, e dos quais políticas públicas fragmentadas já não podem dar conta, autora e autor nos desafiam a pensar os EES como modelo alternativo de desenvolvimento, criador de novas oportunidades de geração de renda e de um outro tipo de vínculo comunitário e de novidade nas relações de gênero.

Françoise Gaspard, em seu artigo “O véu da disputa”, analisa de forma brilhante a questão da proibição do uso de símbolos religiosos nas escolas na França, revelando-a em sua complexidade, tanto no que concerne ao uso político da religião — quer como recurso para a dominação quer como meio de contestação social — quanto no que concerne às implicações de tais usos sobre as relações de gênero. Na imbricação política, relações de gênero e religião, o véu, enquanto símbolo religioso, pode adquirir diferentes significados, requerendo abordagens diferenciadas de acordo com o contexto. É com essa idéia que queremos encerrar: a de que é a partir desses múltiplos lugares e possibilidades que se colocam e nos quais se acham as mulheres no contexto contemporâneo que as políticas e políticas públicas pela igualdade de gênero devem ser pensadas e implementadas. E é assim que elas são tratadas por mulheres como aquelas que nos aparecem nas estimulantes experiências relatadas por Canice Fernando, sobre a reconstrução do Sri Lanka após o *tsunami*, e por Maria Amélia de Almeida Teles, acerca do projeto “Promotoras Legais Populares”. Essa é uma das razões pelas quais jamais poderíamos pretender esgotar aqui a temática proposta. Mas também porque, como afirma Sandra Duarte de Souza ao encerramento de seu artigo, “a reinvenção dos significados de gênero reinventa também as políticas de gênero”, ou ao menos esse é o nosso desejo.